

ELABORAÇÃO DE UM MANUAL SIMPLIFICADO PARA ADEQUAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR AO PAA. UM ESTUDO NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS

PREPARATION OF A SIMPLIFIED MANUAL FOR FAMILY FARMERS' ADAPTATION TO PAA. A STUDY IN THE NORTHERN REGION OF THE STATE OF TOCANTINS

Edelvar Vicente Rippel 1
Marli Terezinha Vieira 2

Resumo: A agricultura familiar possui uma grande importância no cenário mundial. Assim, será pesquisado sobre os pontos fortes e oportunidades da agricultura familiar com a utilização da merenda escolar e do PAA. Este trabalho tem objetivo de mostrar os benefícios da utilização da DAP para os agricultores familiares do Estado do Tocantins e para isso foi elaborado um manual simplificado para tornar o agricultor apto para vender seus produtos para o PNAE. A metodologia utilizada será de natureza aplicada, com abordagem descritiva para entender a percepção dos agricultores sobre o PAA. Para isso será utilizado como procedimento técnico uma pesquisa bibliográfica, para o levantamento dos dados por meio da ferramenta PDCA e análise SWOT. Assim, pretende-se ter as informações sobre os problemas levantados e propor uma solução através do manual elaborado para a adequação dos agricultores conquistarem a DAP.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. PAA. PNAE. Merenda Escolar.

Abstract: Family farming is of great importance on the world stage. Thus, it will be researched on the strengths and opportunities of family farming with the use of school lunches and the PAA. This work aims to show the benefits of using the DAP for family farmers in the State of Tocantins and for that a simplified manual was prepared to make the farmer able to sell his products to the PNAE. The methodology used will be of an applied nature, with a descriptive approach to understand the farmers' perception of the PAA. For this, a bibliographic research will be used as a technical procedure, for data collection through the PDCA tool and SWOT analysis. Thus, it is intended to have information on the problems raised and propose a solution through the manual prepared for the suitability of farmers to conquer the DAP.

Keywords: Family Farming. PAA. PNAE. School lunch.

-
- 1 Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (UFT). Graduado em Administração (Faculdade Católica Dom Orione). Atualmente é professor na Faculdade Católica Dom Orione (FACDO). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4911012449108532>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5367-6261>. E-mail: edelvar@mail.uft.edu.br
 - 2 Doutora em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e Ciências Contábeis (UPF). Atua como professora-pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins, no curso de Ciências Contábeis e no mestrado profissional PROFNIT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1992076006957616>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9651-4337>. E-mail: marlivieiracont@mail.uft.edu.br

Introdução

O presente estudo é uma alternativa para os gestores públicos de Estados e prefeituras de toda a Federação, como forma de facilitar e orientar os produtores a realizarem o cadastro na plataforma da prefeitura para o fornecimento de alimentos para as escolas. Podendo estes produtores reunir os documentos necessários e assim estarem aptos para efetuar a venda de seus produtos junto às entidades públicas.

A aplicabilidade e a abrangência são em relação aos produtores da região norte, na cidade de Araguaína e cidades circunvizinhas do estado do Tocantins, podendo abranger todas as regiões do Brasil, tendo em vista a Lei Federal nº 10.696/2003 de fornecimento de alimento nas escolas, permite a replicabilidade do trabalho em abrangência nacional.

No estado do Tocantins a agricultura familiar está disposta em mais de 500 assentamentos e conta com número superior a 40 mil famílias com um tamanho médio das propriedades de 18 hectares, porém essas propriedades são responsáveis por 40% do valor bruto da produção agropecuária do estado (TOCANTINS, 2021).

A cidade de Araguaína/TO onde o estudo foi realizado, conta com 213 agricultores familiares cadastrados para a venda de seus produtos para a merenda escolar, distribuídos em 14 projetos de assentamentos, abrangendo outros municípios (ARAGUAÍNA, 2020, p. 8 e 9).

Desta forma, a Lei nº 10.696/2003, em seu artigo 19, o qual se implantou o Programa de Aquisição de Alimentos, deixa claro sobre o incentivo da agricultura familiar quando menciona sobre a compra dos alimentos para a merenda escolar e “para pessoas em situação de insegurança alimentar” (BRASIL, 2003 s/p).

Para tanto, o presente trabalho é delimitado dentro da perspectiva de mapeamento de pontos significativos junto aos agricultores familiares que possam auxiliar a venda da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objetivando a melhoria dos procedimentos para venda dos produtos, por meio da confecção do manual técnico orientador para a comunidade pesquisada e para outras que venham a se interessar pelo assunto.

A pesquisa encontra-se delimitada nas Ciências Sociais aplicadas a partir da área de Administração/Empreendedorismo social, tendo como problemática: Qual é o motivo para termos essa baixa adesão dos agricultores familiares adequados para a venda de seus produtos para o PAA na cidade de Araguaína/TO?

Assim sendo, temos o objetivo de analisar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, junto aos agricultores familiares da região norte do Estado do Tocantins, como forma de auxiliar a venda de produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para tanto, foi elaborado um manual para orientar os agricultores familiares a buscarem sua DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) e estarem aptos para venderem seus alimentos para os departamentos públicos. O manual vai além do passo a passo de como conquistar a DAP, ele expõe ao agricultor os benefícios que o mesmo terá ao possuir a declaração.

Metodologia

Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica, que se desenvolve a partir de material já elaborado em outras fontes, em sua maioria, livros e publicações periódicas que possibilitou o embasamento sobre a temática adotada, entre outras questões que vieram a fundamentar e responder o problema de pesquisa proposto.

Através dos dados coletados pôde-se discutir sobre agricultura familiar no sentido de auxiliar a venda de produtos, por meio de compra de alimentos do “Programa de Aquisição de Alimentos” dos assentamentos da cidade de Araguaína, Tocantins, situada a 368 km da capital Palmas, possuindo uma população de 183.381 habitantes (ARAGUAÍNA, 2021).

No que se refere à população estudada, o município conta com 06 assentamentos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os assentamentos pertencentes ao município de Araguaína são: PA Alegre, PA Rio Preto, PA Araguaminas, PA Paraíso, PA Coruja e PA Manoel Alves (ARAGUAÍNA, 2021).

As visitas *in loco* ao assentamento, auxiliou na coleta de informações sobre a percepção dos

agricultores familiares acerca das vendas de produtos oriundos do local, para a merenda escolar, nos termos do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos.

Quanto ao método utilizou-se o estudo de caso, que dentre suas características permite abordar um fenômeno que ocorre num contexto limitado, possibilitando o aprofundamento deste. Permitindo a verificação de ações sustentáveis com relação ao avanço das condições de vida das pessoas no campo. Do ponto de vista técnico, utilizou-se a coleta de dados através de questionário respondido pelos agricultores familiares.

Desenvolvimento Agricultura Familiar

A definição da maior organização mundial que lidera esforços para a erradicar a fome no mundo, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), define a agricultura familiar como:

A agricultura familiar é “um meio de organizar a produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que é administrada e operada por uma família e que depende predominantemente do capital e do trabalho da família, incluindo mulheres e homens. A família e a fazenda estão ligadas, coevoluem e combinam funções econômicas, ambientais, sociais e culturais” (FAO, 2021, s/p. Tradução nossa).

Uma agricultura familiar quando é atuante em uma região ajuda no sucesso econômico e financeiro nestas comunidades, além de haver uma conexão melhor com o meio ambiente. Com a demanda de alimentos crescente no mundo devido ao aumento populacional e incremento da renda *per capita* em vários países, são motivos para levantar um debate sobre incentivos para manter os agricultores familiares no campo (OLIVEIRA ; VIEIRA FILHO, 2019 p. 7).

Mostrando a tendência de crescimento e importância da agricultura familiar no Brasil, em uma comparação dos censos de 1996 e 2017, mostram que houve aumento deste setor, passando de 85,17% em 1996 para 91,42% em 2017. A participação relativa na área controlada por esse setor, que em 1996 era de 30,48% e passou para 33,49% em 2017, mostrando um crescimento de mais de 3% neste período (VIEIRA FILHO; GASQUES, 2020).

Porém para se enquadrar como agricultor familiar, no Brasil, de acordo com a Lei nº 11.326 de julho de 2006, agricultor familiar é aquele que possui a maior parte de sua renda oriunda de atividades agropecuárias, e cuja mão de obra seja da própria família; a área deve ser menor que 4 módulos fiscais (especificamente na cidade de Araguaína - Tocantins, cada módulo corresponde a 80 hectares); e assim, deve ter a maior parte da renda proveniente da agricultura (BRASIL, 2020).

A agricultura familiar no Brasil e no Tocantins

Conforme o último censo agropecuário de 2017 a agricultura familiar compreende em torno de 77% dos estabelecimentos agropecuários em uma área próxima de 80,9 milhões de hectares. Nesta área, segundo o levantamento a empregabilidade é de mais de 10 milhões de pessoas que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Nestes estabelecimentos o percentual da produção ficou em torno de 23% (IBGE, 2017). Porém um dado preocupante deste último censo é a encolhimento do número de pessoas no campo se comparado com o censo de 2006, pois houve uma queda de 2,166 milhões de pessoas (BRASIL, 2020).

Para a agricultura familiar existe ainda o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem por finalidade promover a compra de alimentos de agricultores familiares, diretamente ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, “destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e

nutricional, atendidas por programas sociais locais” (BRASIL, 2012, s/p).

No último Censo Agropecuário de 2017 se encontra as informações sobre o Tocantins que são: possui uma área de 15,2 milhões de hectares, 63,8 mil estabelecimentos agropecuários e 204 mil pessoas que ocupam esta atividade. Em lavoura temporária e permanente, são produzidos 2 milhões de toneladas de soja em grão nos 1.086 estabelecimentos. A cultura da cana é produzida em 1,6 mil estabelecimentos com um rendimento de 2,4 milhões de toneladas. A produção de banana é de 18 mil toneladas em 1,5 mil estabelecimentos. Na pecuária o efetivo de bovinos é de 6,5 milhões e a produção de leite de vaca é de 236,5 milhões de litros. A avicultura no estado é de 7,1 milhões de cabeças com uma produção de ovos de 22 milhões de dúzias (IBGE, 2017).

De acordo com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agricultura do estado do Tocantins a agricultura familiar possui aproximadamente 42 mil famílias, que estão distribuídas em 540 assentamentos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (Seagro), essas famílias são responsáveis por contribuir em torno de 40% do valor bruto da produção agropecuária (TOCANTINS, 2021).

Programas governamentais da agricultura familiar: PAA e PNAE

O desenvolvimento regional é definido pela OCDE “como um esforço geral para melhorar o bem-estar e os padrões de vida em todos os tipos de região, desde cidades a áreas rurais, e melhorar sua contribuição para o desempenho nacional e sociedades mais inclusivas e resilientes” (OCDE, 2021). Desta forma, a seguir será apresentado alguns programas que auxiliam a agricultura familiar na atualidade.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado pelo artigo 19 da lei nº 10.696 no ano de 2003 com duas finalidades: “promover o acesso à alimentação e também incentivar a agricultura familiar”. Para atingir esses objetivos, o programa efetua a compra dos produtos gerados pela agricultura familiar sendo a licitação dispensada. Esses alimentos são destinados para pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, além daquelas que são atendidas pela rede sócio assistencial e também as que são atendidas pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2012).

Como objetivos do programa temos: abastecimento alimentar por meio das compras governamentais de alimentos, valorizar a biodiversidade e a produção orgânica, promover hábitos de alimentação saudáveis, contribuir para as associações e cooperativas, além de colaborar para constituir estoques públicos de alimentos que possuem origem da agricultura familiar e “também para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar”. (BRASIL, 2012, [s.p]).

Os recursos para o programa são oriundos do Ministério da Cidadania. Podem ser executados por meio de seis modalidades sendo: 1) Compra com Doação Simultânea – os alimentos são comprados e doados simultaneamente à rede socioassistencial (CONAB, 2020, p. 12); 2) Compra direta – as compras são definidas GGPAA - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e tem como objetivo atender as “demandas de programas de acesso à alimentação e estoque público”. (BRASIL, 2014 p. 12). 3) Apoio à Formação de Estoques – é um apoio financeiro para instituições de estoque de alimentos para serem comercializadas e fazer a devolução dos recursos ou ainda para sustentar os estoques públicos (CONAB, 2020, p. 11); 4) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – também visa a atender pessoas que estão em insegurança alimentar da região Nordeste do Brasil e no norte de Minas Gerais. O leite é adquirido, processado e doado aos consumidores (BRASIL, 2014 p. 12); 5) Compra Institucional – nesta modalidade a aquisição é voltada para atender demandas de consumo de alimento por parte da União, Estados e municípios e o Distrito Federal com recursos financeiro próprios (BRASIL, 2014 p. 12).; 6) Aquisição de Sementes – a finalidade desta modalidade é a compra de sementes, mudas e outros tipos de material propagativos que são destinados aos agricultores familiares (CONAB, 2020, p. 12).

Fazendo parte do PAA, temos outro programa chamado Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE), porém este tem a função de oferecer uma alimentação escolar e educação nutricional.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como “merenda escolar”, possui como gestor o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e sua principal função é a transparência dos recursos designados aos estados e municípios para assistir as necessidades nutricionais dos alunos (BRASIL, 2017).

Este programa tem a função de oferecer uma alimentação escolar juntamente com práticas de “educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública”. Seu funcionamento se dá através dos repasses federais a estados e municípios, inclusive escolas federais. Estes valores repassados são efetuados em dez parcelas mensais, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Geralmente, os repasses são entre os meses de fevereiro a novembro, pois é nesse período que estão contidos os duzentos dias letivos (BRASIL, 2017).

Como cita Hamerschmidt (2014 p. 13), “o programa de política nacional de alimentação escolar possui quase seis décadas e o PNAE representa uma política de atendimento universalizado, sendo um dos maiores programas de alimentação do mundo”.

Apesar desse tempo de criação, foram observados os maiores avanços somente nas últimas décadas elevando a projeção do programa com aquisição de “alimentos oriundos da agricultura familiar, o resgate de hábitos alimentares regionalizados e um controle social com ações de educação alimentar” (HAMERSCHMIDT, 2014 p. 11).

Um dos motivos desse avanço tem a ver com a criação do programa. Teve sua criação na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e “dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica”. O art. 14 menciona sobre os recursos financeiros que o FNDE repassa ao PNAE que no mínimo 30% devem ser aplicados na compra de produtos alimentícios da agricultura familiar, dando preferência a assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e quilombolas (BRASIL, 2009).

Para ser efetuada a compra, a Entidade Executora (EEX) emite uma chamada pública com todos os requisitos necessários. Porém, como exposto por GOMES e BEZERRA (2019, p. 109), há dificuldade para que essas EEX consigam aplicar esse percentual mínimo pelas condições climáticas do estado do Ceará, onde foi efetuado a pesquisa, pois possui uma capacidade limitada de produzir alimentos em escala maior, falta de conhecimento do programa pelos agricultores familiares e algumas limitações logísticas. Neste sentido, a produção naquele estado é insuficiente (GOMES; BEZERRA, 2019).

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

Para o agricultor fazer parte dos programas do governo, inclusive o PAA e o PNAE, é necessário possui a DAP, caso contrário não conseguirá fazer negócios com os órgãos públicos, fazer parte de palestras, conseguir produzir e vender produtos orgânicos dentre outros benefícios.

DAP é a Declaração de Aptidão ao Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ela é como uma identidade dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e outros. É gratuita e atualmente tem validade de 2 (dois) anos, assim, precisa ser atualizada para que o agricultor desfrute dos programas do governo (BRASIL, 2020).

Tem direito ao documento: agricultores familiares, assentados da reforma agraria, beneficiários do programa nacional de crédito fundiário, indígenas, comunidades quilombolas, piscicultores, aquicultores, artesãos, quem vive do turismo rural, pescadores artesanais, silvicultores e extrativistas BRASIL (2014 p. 10).

Resultados e discussões

Características do Estado do Tocantins e da Cidade de Araguaína

O mais novo estado do Brasil até essa data é o estado do Tocantins que foi criado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, antes fazia parte do norte do estado do Goiás.

O clima do estado é o tropical e é caracterizado por ser seco e possui duas estações bem definidas no ano: no inverno é quente e chuvoso e no verão é seco e quente. O relevo predomina áreas de planalto e planícies onde a vegetação é bastante variada com vegetações de cerrado. A hidrografia é destaque para os dois maiores rios do estado: Rio Araguaia e Rio Tocantins. A economia está sustentada em três pilares: serviços e comércio com 71,8%, indústria com 14,7% e a agropecuária com 13,5% (MENDONÇA, 2021).

A cidade de Araguaína conseguiu sua emancipação no ano de 1958 pela lei estadual número 2.125 que se desmembrou do município de Filadélfia (ARAGUAÍNA, 2021).

O relevo do município é de predominância do Planalto contendo presença de grandes elevações, e o clima é o tropical úmido. As chuvas estão definidas entre os meses de novembro a maio e o período de maior estiagem é de junho a outubro. A vegetação é mista com características do cerrado, matas ciliares e matas tropicais (ARAGUAÍNA, 2021).

Dos assentamentos que pertencem ao município de Araguaína até a data 04/03/2021, foi escolhido para o estudo o projeto PA Rio Preto pela representatividade de tamanho de área e de número de famílias. O assentamento localiza-se a uma distância média de 115 km do centro da cidade e praticamente no centro do município.

O assentamento teve sua fundação em reunião realizada no dia 04 de outubro de 1991, o conselho de diretores do INCRA que aprovou o assentamento Rio Preto. A área total do assentamento é de 9.681,08 ha. Na sua fundação a área previa um total de 160 famílias, porém contando com as sete áreas comunitárias como escolas, igrejas, armazém, foi adicionado mais 44 lotes.

Hoje o loteamento conta com uma escola municipal José Nogueira que possui as séries da educação infantil ao 9º ano e a estadual Manoel Gomes da Cunha que conta com o ensino médio. Ambas as escolas possuem em torno de 200 alunos, estes que vem da região, não são exclusivos do assentamento Rio Preto.

Métodos e Procedimentos da Pesquisa

Para a análise dos dados da pesquisa, foi usado como referência Laurence Bardin (2016) este comenta que “a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem” (BARDIN, 2016 p. 144).

Para fazermos o levantamento dos dados optamos por usar uma metodologia denominada *Snowball Sampling* (bola de Neve), a qual consiste em um método de indicação de entrevistado como mostrado na metodologia GOODMAN (1960, p. 148).

O ponto de partida da indicação do indivíduo para a aplicação do questionário, como apontado na metodologia, foi indicado pelo INCRA de Araguaína/TO, por ser o presidente do assentamento. Este indicava outro produtor do assentamento para responder o mesmo questionário. Desta forma, a partir do vigésimo sexto questionário, os resultados começaram a se repetir e optou-se por encerrar a aplicação. Após responderem ao questionário, os dados foram tabulados em outra planilha para análise.

No questionário constavam perguntas sobre a propriedade do agricultor e de seus produtos para ter um conhecimento sobre os pontos fortes e oportunidades e os pontos fracos e ameaças do assentamento e assim ter subsídios para elaborar a análise *SWOT*.

Dados da Pesquisa

Para esta pesquisa foi utilizado a ferramenta do PDCA que visa a melhoria contínua dos processos em uma organização. De acordo com Campos (1992), o *Plan* (Planejamento) tem a função de estabelecer metas e as maneiras como devem ser atingidas; *Do* (Executar) formar o plano

de coleta de dados; *Check* (Verificar) comparar o resultado alcançado com o que foi planejado e *Action* (Ação) tem a função de atuar de forma corretiva.

Posteriormente é avaliada a matriz *SWOT* que é uma abreviatura das palavras em inglês: *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*, que são os Pontos Fortes, Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças (PEREIRA, 2011, p. 104).

O questionário foi aplicado de acordo com a amostragem *Snowball Sampling*, onde aplicou-se para 26 assentados e foi dividido em quatro partes: pontos fortes, oportunidade, pontos fracos e ameaças.

O número de membros da família em cada lote assentados são um total de 66 pessoas nos 26 lotes pesquisados. A seguir, tem-se o resultado da Análise *SWOT* elaborada no assentamento

Dentre os Pontos Fortes encontrados, destacam-se:

- A maioria dos produtores são associados à associação do assentamento;
- Propriedades que podem ser mecanizadas;
- Possuem formas de irrigação;
- Possuem algum título da propriedade;
- Possuem internet na propriedade;

Como Oportunidades, podemos citar:

- Possuem possibilidade de produzir produtos orgânicos;
- Possuem conhecimento do RURALTINS para buscar profissionalizar seus trabalhos;
- A maioria tem interesse de vender para o programa da merenda escolar;

Alguns Pontos Fracos merecem destaque:

- Não plantam o milho para os próprios animais;
- Não produzem ovos caipira para venda;
- Não possuem a DAP;
- Não vendem para o programa da merenda escolar;
- Não fazem cursos para melhorar a qualidade dos produtos;
- Não possuem a certificação para produtos orgânicos;
- Muitos concorrentes com menores custos;
- Não possuem galinha caipira para venda;
- Número significativo de produtores sem controle financeiro da produção;
- Falta de profissionais como veterinários e agrônomos para dar assistências;
- Fazem uso de defensivos agrícolas.

As Ameaças encontradas foram:

- Dependência de máquinas de terceiros para mecanização da propriedade;
- Concorrentes com custo menor;
- Não conhecer as novas exigências para vendas de seus produtos;
- O transporte para levar seus produtos é precário.

Nesta análise *SOWT* podemos perceber que os pontos fortes, se bem explorados, podem superar os pontos fracos, pois os produtores já possuem uma associação e possibilidade de irrigação. Uma oportunidade que precisa ser explorada pelos produtores é a busca de uma certificação de produtos orgânicos. Esse é mais um benefício da DAP.

Manual DAP

Para buscar alguma forma de ajudar os agricultores familiares, foi elaborado um manual para ajudar o produtor a entender os benefícios que terá possuindo a Declaração de Aptidão ao

Pronaf.

O foco do plano de ação foi a elaboração de um manual de fácil entendimento para os produtores ficarem aptos sobre o programa da merenda escolar. Neste manual, foi resumido, de forma simples e atrativa, para abordar os passos para os produtores conseguirem a DAP, que é o primeiro passo para a aptidão ao programa. Munidos desse manual, os produtores poderão ir em busca de crédito do PRONAF para começarem o plantio de produtos que poderão vender aos programas e atender à prefeitura e modernizar suas ferramentas de trabalho.

O objetivo do manual é mostrar a importância e os benefícios ao agricultor familiar, quando está de posse da DAP e, assim, poder ter acesso ao PRONAF e suas linhas de financiamento, além de ficar informado que poderá vender seus produtos às entidades compradoras como prefeitura, Seagro, Ruraltins.

Neste manual, foram inseridas informações sobre o que é a DAP, com vistas a informar ao agricultor que não tem custos para ele conseguir esta declaração. Informa também se o agricultor possui as prerrogativas para obter a declaração; mostra ainda quais documentos que o produtor precisa levar até o órgão emissor e quais os locais que ele deve iniciar as tratativas, contendo o telefone e o endereço em caso do produtor querer ir presencialmente.

Também é informado sobre os benefícios que ele pode ter ao possuir a DAP, não só para vender seus produtos ao PAA, mas também ter acesso às linhas de crédito, certificação de produtos e cursos profissionalizantes. É mostrado ao agricultor quais são os passos para vender seus produtos aos programas do governo e como estar informado quando poderá vender seus produtos, quais são os produtos que poderá vender, a quem poderá vender e por fim, quanto vai receber pelos produtos vendidos.

O manual não é somente de informações dos benefícios. Nele é mostrado o passo a passo para o produtor conseguir esse documento tão importante para o agricultor familiar. Também é mostrado os benefícios do PRONAF para o produtor aumentar sua produção e onde entregar a produção que foi solicitada no edital.

Considerações Finais

O propósito deste trabalho foi discutir sobre a agricultura familiar e sua importância no cenário mundial como uma possível alternativa para sanar a fome no mundo, empregabilidade e geração de renda aos envolvidos. Para tanto, buscou-se compreender os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, junto aos agricultores familiares da região norte do Estado do Tocantins. Como solução aos problemas dos produtores, teve-se a produção de uma Manual simplificado que auxiliará o agricultor familiar a tornar-se apto para vender seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com base nas respostas do questionário aplicado aos produtores rurais concluiu-se que um dos grandes desafios enfrentado por eles não reside somente no plantio, colheita, aplicação de defensivos ou correção do solo, mas especialmente nas etapas que se referem ao destino final da produção, ou seja, o consumidor final. Embora a prefeitura tenha um cadastro com os dados de alguns produtores familiares, ainda é pouco, considerando o efetivo de produtores que existe na região.

Um dos pontos negativos percebidos e que reforça ainda mais a necessidade de pesquisas que envolva o agricultor familiar é quanto às exigências legais para a comercialização de seus produtos, pois esses demonstraram pouca ou nenhuma informação de como proceder para regularizar a situação. Nesse sentido, a pouca ou nada escolaridade afeta esse entendimento e favorece a continuidade da irregularidade e/ou não possibilidade de comercialização e expansão dos produtos. A agricultura familiar tem sido a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira.

Pode-se concluir com base nos resultados que existe um mercado consumidor em expansão e que há uma demanda cada dia mais crescente visando os agricultores familiares. No entanto, ainda existem muitos desafios que se colocam e que precisam ser transpostos para que a agricultura familiar possa ter resultados maiores e efetivos. É fundamental que os agricultores familiares busquem formas de capacitação e implementem políticas de parcerias que os permita romper as barreiras da informalidade.

Referências

ARAGUAÍNA (Município). Portaria 309, de 09 de novembro de 2020. **Diário Oficial de Araguaína**. Poder Executivo, Araguaína TO, ano 9, n. 2.18, p. 1, 18, nov. 2020. Disponível em: <https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/2185.pdf>. Acesso em: 03 mar 2021.

ARAGUAÍNA. Prefeitura Municipal. **Turismo**. 2021. Disponível em: <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Portugal. Editora 70, 1977.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Agricultura Familiar**. Disponível em: www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125. Acesso em: 24 jun.2020.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF, 2 jul. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT. Coordenação-Geral de Implantação - DTI – SIPRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**, Brasília, DF: INCRA, 4 mar. 2021. 333 p. Sistema: SIPRA. Fonte: SDM. Relatório: Rel_0227. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgerais.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, SESAN, DECOM, PAA. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão**. Brasília, DF: [MDS], fev. 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf#:~:text=O%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20PAA%20foi%20criado%20pelo,e%20incentivar%20a%20agricultura%20familiar. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar - DECOM Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Orientações e Marco Legal. **Edição Revisada e Atualizada**. Brasília, DF: [MDS], abr. 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SESAN_Orientac%CC%A7o%CC%83es_Marco_Legal_PAA.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. Manual do Agente Emissor de DAP. Brasília, DF: [MDA], Jan. 2014.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. PNAE > Eixos de Atuação > Centros Colaboradores e Uae. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-centros-colaboradores-e-uae>. Acesso em: 15 maio 2021.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Controle da Qualidade Total**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 3ª edição, 1992

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento**. – v. 27. Brasília: Conab, 2020

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA. **World Agriculture Watch**. Disponível em: <http://www.fao.org/world-agriculture-watch/tools-and-methodologies/definitions-and-operational-perspectives/family-farms/en/>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOMES, Ludmir dos Santos; BEZERRA, José Arimatea Barros. **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL: O CASO DA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR**. EDUCAÇÃO & FORMAÇÃO Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, v. 4, n. 11, p. 97-116, maio/ago. 2019

GOODMAN, L.A. **Snowball sampling**. *Annals of Mathematical Statistics*, v.32, n.1, p.148-170.

HAMERSCHMIDT, Iniberto; OLIVEIRA, Stela de. **Alimentação saudável e sustentabilidade ambiental nas escolas do Paraná**. Curitiba. Instituto Emater. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Araguaína, Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos Tocantins**. 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html?localidade=17. Acesso em: 05 jan. 2021.

MENDONÇA; Gustavo Henrique. Mundo educação. **Tocantins**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/tocantins.htm>. Acessado em: 10 jun. 2021

OCDE. Manual de Oslo. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. Publicado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) 3ª Ed. 1997

OLIVEIRA, J. F. de; SILVA, E. A. da. **Gestão organizacional: descobrindo uma chave de sucesso para os negócios**. São Paulo: Saraiva, 2006

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Transição do Norte de Goiás ao Território do Estado do Tocantins**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 07, n.12, abr./jul. de 2018.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF, Organização das Nações Unidas, c2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 27 dez. 2021

OLIVEIRA; Walber Machado de. VIEIRA FILHO; José Eustáquio Ribeiro. **Sucessão dos negócios na Agricultura: experiências internacionais e políticas públicas**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administração estratégica**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

TOCANTINS. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura – SEAGRO. **Agricultura familiar**. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/agricultura-familiar/6da2iujvhgj> . Acesso em: 08 fev. 2021.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN. **Mapas Versão 2019**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/mapas-versao-2019/6qy2chgls1uu>. Acesso em: 20 Jul 2021.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário**. Brasília: Ipea, 2020. 410 p.

Recebido em 5 de abril de 2022.
Aceito em 28 de novembro de 2022.